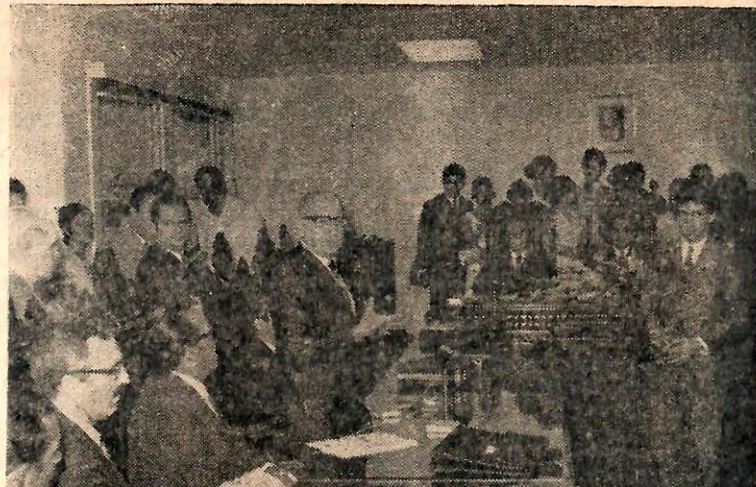




O presidente José Cavalcanti Neves quando pronunciava o seu discurso de posse



Ocasão em que fazia uso da palavra o professor Haroldo Valadão, em nome dos antigos presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil

José Neves é o novo presidente do Conselho Federal da Ordem

Com 22 votos favoráveis e um em branco, foi eleito em 1º de abril passado a nova diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, cuja chapa foi encabeçada pelo nosso conselheiro. José Cavalcanti Neves, que por muito tempo dirigiu os destinos da Seção local da OAB.

Na ocasião foram também eleitos João Nicolau Mader de Maria Gonçalves (Paraná), Vice-Presidente; Sílvia Santos Curado (Guanabara), Secretário Geral; Luis Carlos Nogueira do Vale (Pará), Sub-Secretário Geral, e José Tavares da Cunha Melo (Santa Catarina), Tesoureiro.

SAUDAÇÕES

Após o compromisso de estilo, o novo presidente foi saudado pelo criminalista Carlos de Araújo Lima, em nome do Conselho Federal; pelo Advogado Alter Cintra de Oliveira, presidente da Seção do Rio Grande do Sul, em nome dos conselhos Seccionais; pelo professor Haroldo Valadão, em nome dos antigos presidentes da OAB; pelo professor Joaquim Correia de Carvalho Júnior, em nome da Seção de Pernambuco da OAB; pelo advogado Syleno Ribeiro de Paiva, em nome do Instituto dos Advogados de Pernambuco, e pelo jurista Seabra Fagundes, presidente do Instituto dos Advogados do Brasil.

Usando da palavra afirmou o novo presidente, José Cavalcanti Neves:

«A Ordem dos Advogados do Brasil, diante das contingências históricas, políticas e jurídicas que marcam a vida nacional, só cabe uma atitude que é de presença, uma presença permanente e eficaz. Nessa presença, o peso dos princípios e dos valores fundamentais que informam o nosso existir.

Cabe-nos, de certo, pugnar pela defesa da classe, aperfeiçoar a sua disciplina e seleção, aprimorar o seu nível cul-

tural e disputar a garantia do livre exercício da profissão. Mas nada disso teria sentido e razão se, acima e além, não fizéssemos tema de nossa corporação o que é tema dos nossos pleitos como advogados, isto é, o resguardo dos direitos fundamentais do homem, as garantias da liberdade, da igualdade e da justiça. Se não estiverem asseguradas essas bases estruturais do Estado de Direito, será vã a advocacia, será inócuo o órgão de classe dos advogados».

PRIMADO DO DIREITO

Na verdade, continua o sr. José Cavalcanti Neves, não é justo que menosprezemos qualquer meio legítimo de ação para pô-lo a serviço do culto e do primado do Direito. Fugiríamos ao mais elementar de nosso dever de advogados, de membros deste Conselho Federal, de Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, se não caminhassemos firmemente no sentido das conquistas jurídicas, que são de cada dia, e a cada dia se renovam, numa luta que tem a dimensão e a duração da humanidade.

Reconhecendo que tem sido essa a histórica missão da Ordem dos Advogados, sinto-me convocado e a todos conclamo para que um novo impulso se faça em favor da crescente concretização, no contexto social e político, dos ideais do Direito, da Justiça e da Liberdade».

E concluindo, afirmou, «Meus senhores: Fugi das conceituações demoradas para que pudesse traduzir, com o máximo de aproximação, as cogitações de que assumo, humilde e sincero, a Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Se a Providência permitiu que eu fôsse elevado a sede tão alta, é que de certo, na sua generosidade, há de suprir, como eu o peço, as deficiências pessoais e suscitar, no meu espírito, as condições necessárias a que eu corres-

ponda a confiança dos eminentes pares e possa presidir este Conselho Federal de acordo com os motivos e os designios que inspiram o exercício da nossa profissão e com a necessária firmeza para jamais retroceder das caminhadas em busca dos ideais nobres e justos».

PRIMEIRA REUNIÃO

No dia seguinte a nova Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil realizou a sua primeira reunião, com a presença de todos os Presidentes das Seções estaduais, sendo na ocasião debatidos os assuntos de maior relevância para a entidade. O Estágio Profissional e o Exame de Ordem, previsto nos artigos 50, parágrafo único, e 53, parágrafo primeiro, da Lei 4215/63, teve uma ampla discussão.

Após longos debates, em que a tônica foi a conveniência da manutenção do Estágio e do Exame de Ordem, ficou deliberado que as Seções Estaduais enviarão um Relatório das experiências havidas para que em julho próximo, em nova reunião dos Presidentes das Seções com o Conselho Federal, possa o assunto ser apreciado com maior profundidade, adotando-se as medidas cabíveis para a perfeita execução do Estágio Profissional e do Exame de Ordem, reformulando-se inclusive, se necessário, o Provimento nº. 33 do Conselho Federal.

Também por unanimidade, aprovaram os Presidentes das Seções Estaduais, proposição no sentido de manifestar ao Presidente da República a apreensão de todas as Seccionais pelas constantes violências que vêm sendo praticadas contra os advogados no exercício da profissão e solicitar a restauração do instituto do Habeas Corpus em toda sua plenitude, a abolição da pena de morte, e a necessidade de dinamizar, acentuar e valorizar a atuação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Causa que patrocine,

te, a fim de que este resolva o que de opiniões sobre ponto capital do gência com outro advogado constituí-

do cliente, em prejuízo deste, se possa aproveitar a outro cliente, ou

ável que o advogado:

ente os papéis de que não precisa; quantias que o cliente lhe pague, título;

alegação grave, sobre matéria de qualquer das partes litigantes, sem s, em princípios de prova atendível, rize por escrito;

lêres irrevogáveis ou em causa pró-s de transigir, confessar e desistir, do objeto, ainda que fora do ins-

SEÇÃO V COES EM JUÍZO

ogado:

poridades e os funcionários do Juízo e independência, não prescindindo r parte deles e zelando pelas prer-reito;

o poder competente contra autori-Juizo por falta de exação no cum-

panidade a parte contrária e as tes-pessoas que figurem no processo, estimulando ódios ou ressentimentos; entendimentos tendenciosos, ou de te com o Juiz, sobre a causa a pro-

o advogado entrar em combinação astiça, ou seus auxiliares, para des-umprimento de seus deveres.

SEÇÃO VI E CARGOS PÚBLICOS COM A ADMINISTRAÇÃO

ção não se valerá de sua influência po-liente, e deverá evitar qualquer ati-proveitamento dessa influência para

o, investido de mandato legislativo, o de que faça parte, votar matéria diretamente, a clientes seus, nem espécie, salvo se revelar, desde logo.

o que ocupar cargo na administra-patrocinar interesses de pessoa que quer natureza com os serviços em

o, que não exerça função da admi-mandato legislativo, pode prestar ser-te corporações legislativas, ou repar-exigida para seu ofício em Juízo.

SEÇÃO VII NCIA DO MANDATO

advogado do mandato, ressalvadas anteriores, logo que sinta faltarte.

conflito de interesses entre seus cordando os interessados, renunciato de uma das partes.

renúncia de mandato, terá o advo-m preservar a defesa dos direitos a se-á de declaração pública, ou nos a causa.

SEÇÃO VIII ONORÁRIOS

ável que se contrate, previamente, dos serviços profissionais.

não se associará com o cliente, em odendo, no entanto, contratar hono-

rários variáveis segundo o resultado conseguido, ou consis-tentes em percentagens sobre o valor liquidado.

III — Os honorários profissionais devem ser fixados com moderação, atendidos os elementos seguintes:

a) a relevância, o vulto, a complexidade e a dificul-dade das questões versadas;

b) o trabalho e o tempo necessário;

c) a possibilidade de ficar o advogado impedido de intervir em outros casos ou de se desavir com outros clien-tes, ou terceiros;

d) o valor da causa, a condição econômica do cliente e o provento para ele resultante do serviço profissional;

e) o caráter da intervenção, conforme se trate de serviço a cliente avulso, habitual ou permanente;

f) o lugar da prestação dos serviços, fora, ou não, do domicílio do advogado;

g) a competência e o renome do profissional;

h) a praxe do fóro sobre trabalhos análogos.

IV — O advogado substabelecido com reserva de po-dêres deve ajustar sua remuneração com o colega que lhes outorgou.

V — É aconselhável que, tendo de cobrar judicial-mente honorários, o advogado se faça representar por um colega.

SEÇÃO IX OBSERVANCIA DO CÓDIGO

I — Deve o advogado levar ao conhecimento do órgão competente da Ordem, com discreção, e fundamentadamen-te, as transgressões das normas deste Código, do Regula-mento da Ordem, ou do Regimento respectivo, cometidas por outro advogado em relações com o reclamante, ou cli-ente seu.

II — Quando em dúvida sobre questão de ética pro-fissional que considere não prevista neste Código, o advoga-do, antes de qualquer atitude apresentará o caso em termos gerais ao Tribunal Especial da Seção. Se reconhecer que a hipótese não estava precisamente regulada, o Tribunal co-municará a decisão adotada ao Presidente da Seção, e este a transmitirá com o parecer do Conselho da mesma Seção, e todos os votos emitidos, ao Conselho Federal, para que a considere em sua primeira reunião subsequente.

III — Sempre que tenha conhecimento da transgres-são das normas deste Código, a comissão competente, ou o Presidente da Seção, ou Subseção, chamará a atenção do responsável para o dispositivo violado, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

SEÇÃO X EXTENSÃO DO CÓDIGO

As regras deste Código obrigam os provisionados e os solicitadores, no que lhes for aplicável.

SEÇÃO XI MODIFICAÇÃO DO CÓDIGO

Qualquer modificação deste Código somente será feita pelo Conselho Federal, em virtude de proposta do Conselho de alguma das Secções, comunicada aos demais Conselhos com antecedência mínima de 90 dias.

SEÇÃO XII VIGÊNCIA DO CÓDIGO

O presente Código entrará em vigor, em todo territó-rio nacional, a 15 de novembro do corrente ano, cabendo aos Presidentes das Secções e Subsecções da Ordem promover a sua mais ampla divulgação.

Sala das Sessões do Conselho Federal, aos 25 de ju-lho de 1934. — Levy Carneiro, presidente; Attilio Vivacqua, secretário-geral; Joaquim Inácio de Almeida Amazonas, pre-sidente da Seção de Pernambuco; Nereu Ramos, presidente da Seção de Santa Catarina; Francisco Barbosa de Rezende, Narciso Ribeiro, Philadelpho Azevedo, Delegação da Seção do Distrito Federal; Carlos de Moraes Andrade, São Paulo; Leopoldo T. da Cunha Mello, Amazonas; Demosthenes Ma-dureira de Pinho, Bahia; Sanelva de Rohan Araújo Soares, Alagoas; Eurico Valle, Pará e Acre; Alarico de Freitas, Es-pírito Santo; Alberto Roselli, Rio Grande do Norte; João Vilas Boas, Mato Grosso; Haroldo Valladão, Paraná; João Pedro dos Santos, Sergipe; Arnaldo Tavares, Estado do Rio; Pedro Aleixo, Minas Gerais; J. J. Pontes, Ceará.

Boletim

Órgão informativo e noticioso da Or-dem dos Advogados do Brasil, Secção de Pernambuco

Palácio da Justiça, 4º. and.
Praça da República s/n — Recife — Pernambuco

CONSELHO SECCIONAL DE PER-NAMBUCO DA ORDEM DOS ADVO-GADOS DO BRASIL

DIRETORIA

1. JOAQUIM CORREIA DE CARVA-LHO JUNIOR — Presidente.
2. ISAAC PEREIRA DA SILVA — Vice-Presidente.
3. MANOEL ENILDO LINS — 1º. Secretário.
4. NAIR ANDRADE DOS SANTOS — 2a. Secretária.
5. JOÃO PINHEIRO LINS — Te-soureiro.

CONSELHEIROS

6. ARLINDO DOS SANTOS MACIEL
7. EVERARDO DA CUNHA LUNA
8. FERNANDO DE VASCONCELOS COELHO
9. GERALDO DOS ANJOS NETTO DE MENDONÇA
10. HELY JOSÉ DE FARIAS
11. HÉLIO MARIANO DA SILVA
12. JOSÉ ANTÔNIO DE OLIVEIRA VENTURA
13. LUIZ HERÁCLIO DO RÊGO
14. LUIZ RODOLFO DE ARAÚJO JUNIOR
15. MÁRIO NEVES BAPTISTA
16. NIETE CORREA LIMA
17. PEDRO RAMALHO LUZ
18. PAULO ROGÉRIO DOMINGUES
19. RIVALDO CORDEIRO PESSOA
20. RODOLFO ARAÚJO
21. RORINILDO ROCHA LEÃO
22. SYLENO RIBEIRO DE PAIVA
23. TABAJARA DA COSTA RIBEIRO
24. URBANO VITALINO FILHO

MEMBROS NATOS

THOMAZ DE OLIVEIRA LÔBO
JOSÉ CAVALCANTI NEVES
CARLOS MARTIS MOREIRA

Ordem recebe 38 novos advogados

Em sessão presidida pelo advogado Joaquim Correia de Carvalho Júnior prestaram compromisso, no dia 13 do mês passado, 38 novos advogados e 15 estagiários perante o Conselho da Seção de Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil.

Os novos integrantes da Ordem dos Advogados foram saudados, na ocasião, pelo penalista Everardo da Cunha Luna tendo este afirmado em seu discurso «que, nas várias atividades do Direito, são necessárias várias formas de inteligência, havendo, por isso, campo para todos aqueles que se dedicarem à profissão de jurista com permanência e visando a um fim determinado». «O Direito, continuou, sobrevive à própria derrocada das culturas, e quando tal acontece, é dele que se espera a principal energia para as novas criações» — concluiu.

DEFINITIVAS E PROVISÓRIAS

Entre os novos advogados compromissados os onze primeiros são em caráter definitivo e os demais são provisórios:

Alípio Carvalho Filho, Espedito Leal de Vasconcelos, Gentil de Carvalho Mendonça Filho, Ivan de Araújo Bezerra, Julia de Andrade Ferraz, Lailson Florêncio Bezerra da Silva, Lucilo de Medeiros Dourado Varejão, Luiz Santos Marques de Souza, Manuel Plácido da Silva, Ozório Gomes Maciel, Ubirajara Joaquim Carneiro da Cunha, Agadir José Bastos de Faria Filho, Amândio Celestino Saraiva, Augusto Santana Silva, Cleonildo Almeida Fonseca, Eládio de Barros Carvalho Filho, Elvira Gomes Falcão, Eriberto Gouveia de Barros Lima, Jair Brelaz de Castro, José Augusto Simões Magalhães, José Máximo da Silva, Josephina Cláudia Mindello Monteiro, Luiz Gonzaga Regis Rocha, Manoel de Souza Gomes Junior, Margarida Miranda Almeida, Maria do Carmo Caldas Velloso da Silveira, Nivaldo Nelmar de Arruda Guimarães, Paulo Roberto Vieira Figueirôa, Paulo da Silva Pinto, Rui Pereira da Costa, Sebastião Diniz Dantas, Severino Rodrigues dos Santos, Silvia Saboya Lopes, Tertuliano Antônio Pessoa Maranhão, Yarcy Maria Andrade de Vasconcelos Campos, Zilda Resende Duque e Aderval Vanderley Tenório.

ESTAGIÁRIOS

Na qualidade de estagiários prestarão compromisso os seguintes acadêmicos: Alexandre Gomes de Menezes Júnior, Américo Ferreira Lopes, Benjamin Martins Lopes, Iranilda Monteiro Barbosa, José de Aguiar Machado, Josefa Diva Duarte da Silva, João Negromonte Filho, Lêda Porto Valença, Maria Nazaré de Oliveira Guimarães, Peclisio Leal Bezerra, Pedro Jorge de Melo e Silva, Raimundo Gomes de Barros, Rinaldo Luis Tavares de Lira e Silva, Rudval Aragão de Jesus, e Waldenice Célia Cordeiro der Garabedian.

TESES PARA CONGRESSO SÓ ATÉ 10 DE JUNHO

Os interessados em apresentar trabalhos para o III Congresso Pan-Americano do Direito do Seguro, a se realizar de 11 a 14 de outubro vindouro, deverão enviar os seus temas até o próximo dia 10 de junho à Secretaria da Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil.

A informação é do presidente Joaquim Correia de Carvalho Júnior salientando que uma comissão escolhida pelo Conselho apreciará o melhor trabalho, a fim de representar Pernambuco no referido conclave a ter lugar na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo temário enviados os trabalhos poderão abordar os seguintes aspectos: I — Seguro de responsabilidade civil do automobilista no Direito dos países americanos; II — Contribuição dos países da América para o direito positivo do seguro; III — Os atos coletivos ou individuais de violência e os riscos dos contratos de seguro.

Os trabalhos, segundo o artigo 9º. do Regulamento, deverão ser apresentados sobre os temas objeto de consideração e não poderão ter uma extensão superior a vinte páginas de trinta e duas linhas cada uma. Os relatores e co-relatores deverão ser apresentados antes de 30 de junho em um dos idiomas oficiais do Congresso, cuja Secretaria se encarregará de divulgá-los. São idiomas oficiais do Congresso o português, o inglês e o espanhol.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADVOGADOS EM PARIS

Com o período previsto entre os dias 26 a 30 de julho vindouro, será realizado em Paris o XXIV Congresso da União Internacional dos Advogados, cujo principal tema versará sobre «O Advogado e o Estado».

A informação é de fonte da Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil que está de posse de todo o roteiro, inclusive preços de hospedagem e diárias dos principais hotéis, para melhores informações aos interessados.

A matéria do conclave versará sobre quatro temas: I — Exercício da Profissão de Advogado no Estrangeiro (Relator Geral: Maître Peter KISLER, de Viena); II — A Venda Comercial Internacional (Relator Geral: Barão F. Van der Feltz e H. J. Sluijter, de Amsterdam); III — Os Aspectos Jurídicos e Sociais dos Grandes Conjuntos Imobiliários (Relator Geral: Maître Albert ZURFLUH, de Paris); IV — Comissão Permanente «Direito e Tecnologia» (Presidente: M. Hans Peter Schmid, de Bale; Diretor: M. Tommaso Bucciarelli, de Roma).

Na sessão de encerramento será discutida a Comunicação de M. le Pr R. NYS, de Bruxelas, sobre «Pirataria Aérea». As teses e palestras serão interpretadas simultaneamente nas línguas alemã, inglesa, francesa e espanhola.

JOSÉ PAES E JARBAS VASCONCELOS JÁ TÊM SUBSTITUTOS NA OAB

Os Conselheiros José Paes de Andrade e Jarbas Vasconcelos Reis Pereira, nomeados recentemente para os cargos de secretário do Interior e Justiça e secretário da Fazenda, respectivamente, solicitaram licença por tempo indeterminado do Conselho da Seção de Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil.

Na sessão do dia 13 do mês passado foram eleitos para substituírem os citados Conselheiros os advogados Hélio Mariano da Silva e Tabajara da Costa Ribeiro. Na mesma ocasião o advogado Luiz Rafael Mayer foi escolhido para integrar a representação da Seção local junto ao Conselho Federal da OAB, na vaga deixada pela eleição de José Cavalcanti Neves para a Presidência daquele Conselho.

COMISSÕES

Intenso tem sido o trabalho desenvolvido pelas Comissões de Seleção e Prerrogativas, Defesa e Assistência e Ética e Disciplina, constituída, respectivamente, pelos Conselheiros Niete Corrêa Lima (Presidente), Fernando de Vasconcelos Coêlho, Pedro Ramalho Luz (vogais), Rodolfo Araújo (Presidente), Luiz Heráclio, Paulo Rogério Domingues (vogais) e Arlindo Maciel (Presidente), Rivaldo Pessoa e José Antônio Ventura (vogais). Todos os processos dados entrada na Ordem, inclusive os de natureza disciplinar, estão em andamento.